

Capítulo 11 - DOI:10.55232/1085002.11

**O IDOSO E A PRÁTICA DO LAZER EM ÁREAS
NATURAIS E PROTEGIDAS**

Daniel Righi Campos, Patrícia Ortiz Monteiro, Elisa Maria Andrade Brisola

RESUMO: Propõe-se uma reflexão acerca da prática do lazer pelo idoso em áreas naturais e protegidas, sua relação com o desenvolvimento humano, bem como sua contribuição para a qualidade de vida no envelhecimento. Trata-se de uma análise bibliográfica, pautada nas literaturas empírica e conceitual que abordam o tema e que revelaram progressivo aumento, no Brasil, da expectativa de vida, o que representa expressivo aumento da população idosa. Além disso, a pesquisa revelou que a prática do lazer tem importância significativa para a qualidade de vida e para o desenvolvimento humano. Percebeu-se, ainda, que existe uma busca crescente do idoso pela prática do lazer nas áreas naturais protegidas, como é o caso dos parques, o que propicia inúmeros benefícios para sua qualidade de vida e inclusão. Somando-se a esses benefícios, constata-se que as áreas naturais promovem maior contato desse público com a natureza, o que contribui para sua sensibilização e para proteção e preservação ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Lazer. Idoso.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Lazer. Idoso.

1 INTRODUÇÃO

Dados estatísticos baseados em censos demográficos indicam aumento do envelhecimento da população mundial. A Organização das Nações Unidas revela que a população com 60 anos ou mais está aumentando a uma taxa de cerca de 3% a cada ano, e que, globalmente, em relação a todos os grupos etários mais jovens, esse aumento é mais rápido (ONU, 2019).

Ainda segundo a ONU, em âmbito global, o número de pessoas com 60 anos de idade ou mais, deve saltar, de 962 milhões, em 2017, para 1,4 bilhão, em 2030, e para 2,1 bilhões, em 2050. Ou seja, todas as regiões do mundo, excetuando a África, terão aproximadamente um quarto de suas populações compostas por pessoas idosas.

Tais previsões incidem diretamente nas questões voltadas ao desenvolvimento de um país em que, ao contrário do que se vem disseminando, é preciso observar que:

[...] o desenvolvimento exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza. Nesta perspectiva, praticamente inverte-se a ordem clássica, a economia colocando-se em função do desenvolvimento para que passe a estar centrado no ser humano, e não na acumulação do capital (CORIOLANO, 2013, p. 129).

Ainda segundo Coriolano (2013), é notório que a relação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico de um país coexistem, mesmo que, durante muito tempo, tenha sido considerado que o crescimento econômico fosse o próprio desenvolvimento. No entanto, há que esclarecer que ambos os conceitos se diferem e que hoje há consenso mundial no que se refere à diferença entre ele, embora se possa admitir que guardam alguma relação entre si.

Apesar dos variados substantivos que acompanham o termo desenvolvimento, quando se fala em desenvolver economicamente um país, não significa pensar somente a mera multiplicação de riquezas materiais, mas, sobretudo, a possibilidade de alcançar também desenvolvimento humano, social e ambiental (MEGUIIS et al., 2015).

Com base nessa questão, busca-se compreender a importância do lazer para a qualidade de vida do idoso e sua relação com o desenvolvimento humano. Neste artigo, relata-se um estudo da prática do lazer em áreas naturais, como é o caso dos parques, dentre outras Unidades de Conservação.

Para atender aos objetivos pretendidos, foi utilizada como metodologia a revisão bibliográfica, a partir do entendimento de textos referentes aos conceitos de lazer, idoso, desenvolvimento humano e lazer em áreas naturais (Unidades de Conservação).

Nas seções subseqüentes apresenta-se um paralelo entre o desenvolvimento humano e o idoso, para assim relacionar as práticas de lazer em áreas naturais.

2 O IDOSO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que teve início primeiramente nos países desenvolvidos, em decorrência de: da queda da mortalidade, grandes conquistas do conhecimento médico, urbanização adequada das cidades, melhoria nutricional, melhoria das condições socioeconômicas, elevação dos níveis de higiene pessoal e ambiental, tanto em residências como no trabalho, melhoramentos decorrentes dos avanços tecnológicos (CAMARANO, 2010). Em diversos países a pirâmide demográfica vem se invertendo, como já acontece na Europa.

No Brasil, a evolução da composição populacional por grupos de idade aponta para a tendência de um envelhecimento demográfico, o que corresponde ao aumento da participação percentual dos idosos na população e à conseqüente diminuição dos demais grupos etários (IBGE, 2015). Com base nesses dados, o Brasil será, em 2025, o país com maior número de pessoas idosas da América Latina e o sexto no ranking mundial. Prosseguindo com essa tendência, a quantidade de pessoas com 60 anos ou mais atingirá a marca de 40,5 milhões, em 2030, dentre as quais 6 milhões apresentarão mais de 80 anos de idade, de um total de 216 milhões brasileiros.

A expectativa de vida dos brasileiros vem aumentando. O IBGE divulgou que, em 2018, era de 76,3 anos. Como em 1940, por exemplo, a média era de 45,5 anos, de lá para cá o brasileiro passou a viver 30,8 anos a mais. Com relação à pessoa idosa, “Em 1940,

de cada mil pessoas que atingiam os 65 anos de idade, 259 chegariam aos 80 anos ou mais. Em 2018, de cada mil idosos com 65 anos, 637 completariam 80 anos.” (IBGE, 2019)

A expectativa de vida da população idosa teve uma elevação de 8,2 anos, no decorrer desse período (entre 1940 e 2018). Ainda, segundo o IBGE (2019) “As expectativas de vida ao atingir 80 anos, em 2018, foram de 10,4 anos para mulheres e 8,6 para homens. Em 1940, esses valores eram de 4,5 anos para as mulheres e 4,0 anos para os homens”. Tal fenômeno acontece conforme melhoram as condições de saneamento básico da população e o acesso a vacinas e atendimentos de saúde. Os dados revelam que as pessoas estão vivendo por mais tempo e a projeção é de que vivam cada vez mais.

A questão do envelhecimento no Brasil vem, ao longo dos anos, promovendo muitos debates e redirecionando olhares. A reflexão perpassa temas como a qualidade de vida da pessoa idosa, as nuances da longevidade, as políticas públicas específicas para essa etapa da vida, etc. Nesse rol infinito de considerações, incluem-se vertentes como saúde, lazer, segurança, sustento, acessibilidade, necessidades básicas e tantos outros assuntos que envolvem essa temática.

Atualmente, uma das questões que mais impactam a qualidade de vida e o desenvolvimento humano do idoso é a aposentadoria. Apesar disso, devido às necessidades financeiras muitos permanecem no mercado de trabalho (formal ou não) e acabam tendo uma redução de tempo livre para o lazer. Esse fato afeta a qualidade de vida dessas pessoas no decorrer do processo de envelhecimento, comprometendo diretamente a questão do desenvolvimento humano.

Em um momento em que a expectativa de vida está aumentando na maior parte dos países, as pessoas estão tendo um lugar mais ativo na sociedade, e por mais tempo. Devido à tecnologia, a população idosa vem procurando se manter ativa no que tange ao trabalho, seja ele remunerado ou mesmo voluntário. Muitos países vêm respondendo à essa demanda implantando ações para manter essa parcela da população no mercado de trabalho, sem, no entanto, afetar as oportunidades dos mais jovens. É imprescindível destacar que a longevidade acaba por aumentar o potencial de produção dos trabalhadores mais velhos.

Esses trabalhadores expõem-se a algumas vulnerabilidades sociais, em especial nos países em desenvolvimento, nos quais o trabalho remunerado ainda é uma necessidade para a pessoa idosa, apesar das oportunidades de emprego serem limitadas.

O fato é que as opções de trabalho disponíveis para os idosos, em sua maior parte, estão condicionadas a questões voltadas às políticas e programas de aposentadoria. Numa perspectiva global, os trabalhadores de países nos quais a cobertura de aposentadorias é reduzida tendem a permanecer no mercado de trabalho após os 65 anos, ao passo que os trabalhadores dos países onde essa cobertura é elevada tendem a aposentar-se mais cedo (PNUD, 2015).

Para Sen (1999, apud FAZITO et al., 2017), todo conceito de desenvolvimento busca a igualdade de alguma coisa, de uma utilidade – felicidade, qualidade de vida: das necessidades básicas, de direitos de acumulação e propriedade, de renda, etc.

Segundo Ploner (2012, apud RUSCHMANN; SOLHA, 2012, p. 15),

[...] nas últimas décadas, programas que propõem um envelhecimento saudável e ativo têm sido utilizados por inúmeras organizações governamentais e não governamentais, gerando diferentes repercussões na vivência do envelhecimento e na relação dos idosos com a sociedade.

Com base nessas reflexões, é possível perceber que o desenvolvimento de uma sociedade não está atrelado unicamente às questões econômicas, ligadas ao trabalho. Isso porque o desenvolvimento humano engloba questões ainda mais complexas, relacionadas também a fatores psicossociais e ambientais. Portanto, a implantação de políticas públicas voltadas a garantir direitos sociais, como saúde, habitação, segurança e lazer, são fundamentais para o desenvolvimento integral do cidadão. No entanto, não basta, criá-las, se não é dado ao idoso um amplo acesso a elas.

É preciso ponderar que qualquer crescimento que não considere as necessidades das pessoas não pode ser considerado desenvolvimento, ressalta Coriolano (2013).

Um dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, o lazer, muitas vezes é pouco debatido, visto que é frequentemente entendido como secundário para a saúde física e mental das pessoas.

O desenvolvimento social e cultural que a atividade turística e o lazer proporcionam a seus praticantes e aos destinos turísticos depende da oferta desses espaços e ambientes de uma forma mais justa e democrática. Democratizar o lazer implica democratizar o espaço (MARCELLINO, 1995).

Entende-se que ações devem ser implementadas e revistas constantemente, com a finalidade de garantir que o direito ao lazer do idoso seja atendido, considerando-se as peculiaridades dessas pessoas.

3 O IDOSO E A PRÁTICA DO LAZER EM ÁREAS NATURAIS

A palavra lazer, apesar de ser tão amplamente utilizada, não tem um significado único. Pela sua etimologia, *licēre* (lazer) vem do Latim e quer dizer ser lícito, ser permitido, ter valor (HOUAISS, 2001). Muitos teóricos do assunto ainda não chegaram a um consenso sobre a extensão do significado do vocábulo, pois existem muitos entendimentos possíveis.

O campo do lazer, considerado como tempo livre, é fonte de discussões por inúmeros estudiosos do assunto. Diante deste fato, seguem, de forma breve, três ideias acerca do tema, conforme apresenta Fazito et al. (2017).

Shaw e Williams (1994) resumem as discussões sobre a definição de lazer em três momentos: 1) lazer entendido como o tempo livre das obrigações, que é criticado por não diferenciar o tempo livre do trabalho do tempo livre para o lazer; 2) lazer definido como o tempo em que as atividades de lazer acontecem (HAWORTH, VEAL, 2005), que é criticado por assumir uma falsa objetividade, já que atividades como jardinagem e artesanato podem ser entendidas como lazer ou obrigação; e 3) lazer visto como uma atitude da mente (DE GRAZIA, 1973), a forma como as pessoas percebem as atividades que dão satisfação pessoal, mas que é criticado por ser impreciso, já que há fronteiras de escolhas individuais que são construídas socialmente, baseadas em posição social, expectativas e processo de socialização. (Fazito et al., 2017, p.13)

No entanto, diante desses debates, utiliza-se aqui o conceito adotado por Dumazedier (1974), que compreende o lazer como

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (Dumazedier, 1974, p.34)

Em suma, o lazer acontece quando há tempo livre para a realização de atividades prazerosas. A prática do lazer e a experiência cultural e social que o turismo proporciona para os seus praticantes têm motivado cada vez mais as viagens e os deslocamentos para destinos que ofereçam atrativos que possibilitem a prática do lazer, entretenimento, relaxamento e contato com a natureza.

Segundo Camargo (1998), atualmente se percebe que a sociedade tem prestado atenção ao lúdico e que o lazer passou a ser um item no rol das necessidades das civilizações e dos direitos dos indivíduos.

Até meados do século XX, a pessoa idosa não poderia desfrutar de lazer na companhia de amigos, ou viajar para se divertir com autonomia e independência. Necessariamente, seria apenas um coadjuvante em seu ambiente familiar e social. Na década de 70 e no início dos anos 80, por exemplo, era inimaginável um idoso praticar atividades físicas regulares, ou mesmo frequentar academias. Hoje, não é incomum deparar idosos cheios de saúde e energia, ou seja, pessoas mais independentes, mesmo com as limitações naturais da idade. Esse público necessita de um olhar mais atento por parte dos órgãos governamentais, pois as políticas públicas devem atentar às peculiaridades dessa fase da vida, uma vez que o Brasil terá, em torno de uma década, uma população formada por mais de 40 milhões de pessoas acima de 60 anos.

É notório que, especificamente a partir das últimas décadas, teve início um movimento de desconstrução desse perfil de idoso de saúde frágil e dependente de familiares para realizar suas atividades sociais e de lazer. O antigo modelo já pode ser considerado antiquado: vovós que faziam crochês em suas cadeiras de balanço. O idoso pode ser jovem em sua essência, se assim desejar. Alguns assumem responsabilidades

com seus netos, outros ficam em uma condição de isolamento social, no ócio e no sedentarismo. Seus desejos de viver uma velhice com qualidade de vida vão além das ocupações familiares, como cuidar dos netos e realizar algumas tarefas domésticas. Seus anseios e vontades, principalmente na questão do lazer e de uma vida social ativa, estão cada vez mais possíveis de serem concretizados. Sair, divertir-se, encontrar amigos, viajar, ir ao parque, fazer atividades físicas, dançar e até voltar a estudar são desejos da maioria das pessoas que chegam à Terceira Idade, ou como muitas vezes a ela se referem, “Melhor Idade”.

Na velhice, o lazer possibilita superar limitações e reconstruir a vida de forma positiva, criativa e autônoma. Atividades lúdicas, por exemplo, têm caráter socializante, pois possibilita o desenvolvimento de hábitos saudáveis (VIANA, 1999). Essa possibilidade de reconstruir a vida, bem como o caráter socializante do lazer, favorecem a inclusão do idoso na sociedade.

Na cultura europeia, o idoso viaja mais a lazer do que os idosos de outros países. Entretanto, não se pode desconsiderar os fatores motivadores dessa característica, como a renda e a saúde, influenciadas por políticas públicas voltadas aos idosos. No Brasil, percebe-se crescente procura do idoso pelo lazer por meio da participação em grupos de convivência que são formados, muitas vezes, em associações, igrejas, clubes, bairros, etc. Uma das características marcantes dessa faixa etária, na prática do lazer, é a necessidade de integração e socialização com outras pessoas da mesma idade, ou com outros grupos que lhes proporcionem uma vida social ativa e autônoma. Viajar, como forma de lazer, é sinônimo de qualidade de vida entre os idosos, pois abre portas para o novo, para a vivência de novas emoções, para a aprendizagem, para o contato com diversas pessoas e com diversas culturas e além da apreciação de novas paisagens. Nos últimos anos, os idosos brasileiros descobriram esse novo caminho, seguindo a tendência precursora dos idosos europeus.

A procura pelo lazer longe dos centros urbanos e em áreas naturais tem ocorrido com maior frequência, em todos os segmentos da sociedade, e com mais intensidade pelo público idoso. Há uma crescente conscientização da necessidade de vivências mais espontâneas e significativas, e surge a vontade de fuga da rotina estressante e do caos urbano (MARCELLINO, 1996). Entende-se também que as atividades de lazer em áreas naturais proporcionam melhor integração entre a necessidade de fuga, de quebra da rotina,

e o prazer provenientes dos benefícios gerados a partir do lazer em contato com a natureza.

Quanto às áreas naturais,

[...] são consideradas como refúgio da vida silvestre, atraindo a curiosidade de muitas pessoas dispostas a conhecer espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção. Diante disso, o Turismo tem sido uma atividade cada vez mais praticada nas áreas naturais, por agregar não somente o lazer e o entretenimento, mas também a sensibilização dos visitantes quanto ao uso sustentável e preservação dos recursos ambientais. (SCHERER, et al., 2012, p. 2).

Nos últimos anos, constatou-se uma busca crescente acerca das práticas de lazer em áreas naturais. Essas práticas representam um importante espaço para o desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 1990; 1995).

A busca pelo lazer em contato com a natureza deve-se, principalmente, ao constante aumento da expectativa de vida. Assim, dentre os grupos sociais que configuram a demanda por lazer em áreas naturais está o dos idosos.

Muitos tipos de Unidades de Conservação, como é o caso dos parques, têm dentre os seus objetivos o uso público de suas áreas para o lazer e a recreação, bem como a preservação do patrimônio biológico existente em sua área. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (COSTA, 2002, p. 32). Ainda segundo Costa (2002), são Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva da Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural, entre outras.

Um outro tipo de Unidades de Conservação são as de Proteção Integral, que têm como objetivo principal preservar o ecossistema e a biodiversidade. Nessas unidades é admitido exclusivamente o uso indireto dos seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico (COSTA, 2002). São exemplos de Unidades de Conservação de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Portanto, de acordo com suas

normas e finalidade, cada Unidade de Conservação apresenta permissão ou proibição do uso de suas áreas para visitação pública.

Entre as categorias de Unidades de Conservação, os parques são as mais conhecidas em todo o mundo. Isso se deve, sobretudo, pela integração entre a preservação de seus recursos naturais com o uso público para fins, não só recreativos, mas também educacionais e científicos. Costa (2002) esclarece que, no Brasil, eles representam um grande atrativo turístico e são responsáveis pelo marketing do segmento do ecoturismo.

As normas e restrições para a visitação pública nos parques são estabelecidas pelo seu Plano de Manejo, também denominado Plano de Gestão. Esse documento técnico se fundamenta nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação e orienta acerca das formas de uso de toda a área do parque, inclusive as áreas abertas ao público. Orienta também sobre manejo dos recursos naturais e sobre implantação de estruturas físicas e de recursos humanos.

As atividades de lazer em áreas naturais são um modo de conciliar diversão com preservação e educação ambiental. Ou seja, ao mesmo tempo em que entretêm o público, sensibiliza-o sobre a importância da proteção desses espaços.

Nesse contexto, o turismo e o lazer realizados em ambientes naturais podem ser concebidos como atrativos que se distinguem daqueles realizados em ambientes que turistas e visitantes estão habituados a frequentar no meio urbano. Isso porque possibilita diferentes formas de lazer.

Nas práticas de lazer em áreas naturais, a relação com o meio ambiente permite que esses espaços sejam concebidos como locais de aprendizado. Estabelecem-se diversas formas de interação entre as pessoas e a natureza, inclusive para o público que necessita de adaptações estruturais para participação em atividades de lazer nesse ambiente.

As atividades em meio à natureza são uma possibilidade de vivência prazerosa e de crescimento pessoal. São práticas de lazer muito diferentes das experiências cotidianas nas cidades brasileiras, especialmente nos grandes centros, que são implementadas exclusivamente a partir da lógica de reprodução do capital e marcadas pelo crescimento

desordenado, que não corresponde às necessidades reais da população (MARCELLINO, 1990; 1995).

Para Costa (2002), a oferta de uma infraestrutura mínima é condição fundamental para o atendimento às necessidades da demanda turística. Considerando que a visitação em áreas de uso público de parques se dá a partir de diferentes públicos, as suas trilhas devem estar aptas a atender às especificidades de grupos como crianças, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, entre outras. É sobretudo diante desse cenário que surgem as discussões pertinentes à promoção de acessibilidade e inclusão nas áreas naturais.

4 TURISMO E LAZER INCLUSIVO PARA O IDOSO

Para que a atividade turística e o lazer sejam de fato democráticos e igualitários, é necessário que a sociedade tenha compreensão de sua importância, que tenha responsabilidade no fomento da acessibilidade e da inclusão para todos os segmentos sociais, em especial aos idosos e pessoas com necessidades especiais.

A relação da pessoa idosa com as necessidades especiais vem do processo natural de envelhecimento. Muitas vezes, o idoso perde, de forma gradativa, o domínio dos seus principais sentidos, o que o inclui também grupo de pessoas com necessidades especiais. Portanto, é bastante comum encontrar idosos saudáveis, mas já apresentando algum tipo de dificuldade ou restrições quanto a mobilidade, audição, a visão, etc.

Sasaki (1997) afirma que, para que se possam incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, deve considerar que é ela quem precisa ser capaz de atender às necessidades de seus indivíduos, e acrescenta que a inclusão social depende do fato de que os sistemas de lazer e turismo estejam adequados às necessidades dos indivíduos.

As áreas naturais e os espaços de lazer devem, não só atrair o público idoso, mas também adequar-se às suas necessidades e condições, no sentido de promover a necessária acessibilidade para a sua inclusão na sociedade.

Conforme Sasaki (2003), hoje é ponto pacífico o direito das pessoas com deficiência às oportunidades de lazer, esporte e turismo como parte do seu

desenvolvimento e bem-estar integral. No entanto, não mais separadamente da população geral. Priorizam-se hoje as atividades que reúnam pessoas com deficiências e pessoas sem deficiências no mesmo espaço de lazer e turismo. São as chamadas Atividades Integradas e Atividades Inclusivas.

As Atividades Integradas acontecem quando uma pessoa com deficiência consegue participar das atividades de lazer mesmo que não adaptadas. Já as Atividades Inclusivas ocorrem quando os programas de lazer são alterados para que as pessoas com deficiência possam participar juntamente com as demais pessoas.

No Brasil, já existem algumas cidades que oferecem roteiros e atrativos turísticos para esse tipo de público. No entanto, apenas um pouco mais da metade do mercado de parques e atrações turísticas informou ter realizado treinamento de pessoal no sentido de receber pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Estes dados demonstram claramente que existe ainda uma demanda de turismo no Brasil pouco trabalhada e que pode representar um grande potencial para o desenvolvimento da inclusão social. Estudar a acessibilidade significa optar por um caminho diferente na conquista de melhores condições de vida em sociedade (SIOTA, ASHTON e HEIDRICH, 2015).

Sendo assim, para que a acessibilidade ocorra de forma efetiva, todos esses componentes espaciais devem ser atendidos. O indivíduo precisa ter acesso à informação, deslocar-se e utilizar equipamentos com independência, interagir com os demais e participar de atividades, o que torna possível sua inclusão na sociedade (ELY e SILVA, 2009).

A prática do ecoturismo e de atividades de aventura tem recebido mais adesão pelo público idoso, que já encontra produtos e serviços adequados à suas necessidades específicas, o que lhes garante conforto e segurança na realização dessas atividades.

Algumas Unidades de Conservação já vêm desenvolvendo programas para o planejamento de trilhas acessíveis, tanto ao público idoso, quanto às pessoas com deficiência de mobilidade, assim como já ocorre no caso de praias com acessibilidade para cadeirantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados acerca do envelhecimento populacional no Brasil demonstram que em alguns anos 19% da população terão acima de 60 anos de idade. O perfil do idoso, na atualidade, em quase nada se assemelha ao perfil do idoso no passado. Hoje, pode-se dizer que os idosos são mais independentes e autônomos, quando se trata de suas realizações. A necessidade de se manter por mais tempo atuando no mercado de trabalho, se por um lado o mantém produtivo, por outro lado implica, muitas vezes, menor disponibilidade de acesso e de tempo para a prática do lazer.

De um modo geral, para o desenvolvimento humano, o lazer gera melhora na qualidade de vida e leva a uma participação social mais ativa. Daí a importância de serem instituídas políticas públicas voltadas para o idoso, no que tange, não só as questões sociais, mas também ao lazer. Indo mais adiante, Parker (1978) observa que a saúde e a mobilidade têm relevante impacto, tanto na quantidade quanto na qualidade do lazer desse grupo.

A prática do lazer, especialmente aquela que acontece em áreas naturais, oferece experiências prazerosas, educativas e sensibilizadoras, além de conectar as pessoas à natureza e propiciar bem estar.

A crescente busca por prática de lazer em áreas naturais é percebida em todos os segmentos da sociedade, pois as pessoas anseiam por esse contato, para fugir da agitada vida dos centros urbanos. No entanto, quando se trata de público idoso, é preciso voltar o olhar para as questões de acessibilidade, de forma que esses espaços sejam adequados para seu atendimento e recepção.

Os gestores das Unidades de Conservação, bem como os planos de manejo, que regem a gestão dessas áreas e estabelecem as diretrizes do uso público e visitação, precisam dispensar maior atenção para as questões de acessibilidade desse público nos espaços de lazer e promover mais ações sociais nesse sentido.

Assim, o atendimento às necessidades dos idosos, quanto a acessibilidade em espaços de lazer em áreas naturais, torna-se um elemento fundamental para que a inclusão

de fato ocorra. A eliminação de barreiras e a oferta de melhor segurança e autonomia possibilitará que os idosos usufruam desse tipo de lazer tanto quanto os demais grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES JUNIOR, E.; MELO, V. Introdução ao Lazer. São Paulo: Manole, 2003.
- BRUHNS, H. Introdução aos Estudos do Lazer. Campinas: Unicamp, 1997.
- CAMARGO, L.O. de L. Educação para o lazer. São Paulo: Moderna, 1998.
- CORBIN, A. História dos tempos livres. O advento do lazer. Lisboa: Teorema, 2001.
- CORIOLOANO, L.N. Lazer e Turismo para o Desenvolvimento na Escala Humana. Revista Lusófona de Estudos Culturais. Vol. 1, n. 2, pp. 126-141, 2013.
- COSTA, P. C. Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo. Série Turismo. São Paulo: Aleph, 2002
- DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e cultura popular – Debates. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELY, V. H. M. B.; SILVA, C. S. Unidades habitacionais hoteleiras na Ilha de Santa Catarina: um estudo sobre acessibilidade espacial. Produção, v.19, n.3, p. 489-501, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v19n3/07.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- FARIAS, P. de M.; SARAIVA, M.V.; ZANATTA, M.A.; CABRAL, B.L.F. Turismo e lazer em áreas naturais como possibilidade de conservação da cultura e da biodiversidade (2016). Anais do VII Congresso Sul brasileiro de Ciência do Esporte. Criciúma, 2016. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/8csbce/2016sul/paper/viewFile/8332/4423>>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- FAZITO, M.; RODRIGUES, B.; NASCIMENTO, E.; PENA L.C.S. O papel do turismo no desenvolvimento humano. Belém: Paper do NAEA 372, 2017.
- HAWORTH, J. T.; VEAL, A. J. (Eds.) Work and Leisure (New Ed). London: Routledge. 2005.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

KLEIBER, D. A. *Leisure Experience and Human Development: A Dialectical Interpretation*. New York: Basic Books, 1999.

MARCELLINO, N. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1990.

_____. *Lazer e Humanização*. Campinas: Papirus, 1995.

MEGUIS, T.; FARIAS, K.; VIANA, P.; HAMOY, Juliana. Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo. 2015. *Revista de Turismo Contemporâneo*. Natal, v. 3, n. 1, p. 98-120, 2015.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Envelhecimento. Disponível em: <<https://unric.org/pt/envelhecimento/#:~:text=Estima%2Dse%20que%20o%20n%C3%BAmero,1%20mil%20milh%C3%B5es%20em%202100.&text=Em%20todo%20o%20mundo%2C%20a,os%20grupos%20et%C3%A1rios%20mais%20jovens>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Tradução de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório Do Desenvolvimento 2015. O Trabalho como motor do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014.html>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SCHERER, L.; PESSÔA, A.S.; LANZER, R. M. Turismo em Áreas Naturais: Um Estudo de Caso no Município de Canela (RS). 2012. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Turismo e Paisagem: relação complexa. Caxias do Sul, 2012.

SIOTA, M. S.; ASHTON, M. S. G.; HEIDRICH, R. **Turismo Inclusivo**: as condições de acessibilidade em dois parques temáticos de Canela/RS, Brasil. 2015. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2015/04/turismo-inclusivo.html>. Acesso em: 10 mai. 2020.

VIANA, M. Lazer e terceira idade: um lugar onde ninguém é velho. 1999. 131 f. Monografia (Especialização em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.